



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**PROJETO DE LEI Nº        de 2019.**

Isenta do pagamento de taxa de inscrição em concurso público os candidatos que exerçam a atividade de Comissário ou Agente de Proteção da Infância e da Juventude.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica isento do pagamento de taxa de inscrição em concurso público para provimento de cargos ou empregos na Administração Pública Federal o candidato que exerça a atividade voluntária e não remunerada de Comissário ou Agente de Proteção da Infância e da Juventude.

Parágrafo único. A isenção será concedida mediante apresentação, na forma prevista em edital, de documento comprobatório do exercício da atividade emitido por órgão judiciário correspondente.

Art. 2º O candidato pode usufruir da isenção da taxa de inscrição até um ano após seu desligamento da atividade exercida.

Art. 3º A vigência desta Lei não se aplica aos concursos públicos cujos editais tenham sido anteriormente publicados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Os Comissários ou Agentes de Proteção da Infância e da Juventude da Vara da Infância são colaboradores na fiscalização do cumprimento das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente. São nomeados pelo Juiz de Direito da Infância e Juventude ou por juiz que esteja respondendo por tal jurisdição.



SF/19494.34976-09



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

Destaque-se que a atividade desempenhada por eles é de natureza voluntária, nos termos da Lei nº 9.608, de 1998, conforme o disposto no parágrafo único, do art. 1º da lei em comento, temos, *in verbis*: “... O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.”

Embora a atuação seja voluntária, tais pessoas prestam relevantes serviços ao país, vez que as atribuições são de grande responsabilidade, estando inclusive submetidos a normas atinentes às suas atribuições e conduta. Frisando que no desempenho de suas atividades se sujeitam ao cumprimento de deveres e podem ser penalizados caso cometam transgressão disciplinar.

Trata-se de questão justa isentá-los do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos, de forma a possibilita-los disputar o ingresso nos cargos e empregos públicos remunerados.

Em suma, a propositura objetiva dar reconhecimento mínimo aos Comissários ou Agentes de Proteção da Infância e da Juventude da Vara da Infância em virtude dos relevantes serviços prestados. E, assim sendo, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em                      de fevereiro de 2019.

**Senador IZALCI LUCAS**  
PSDB/DF



SF/19494.34976-09